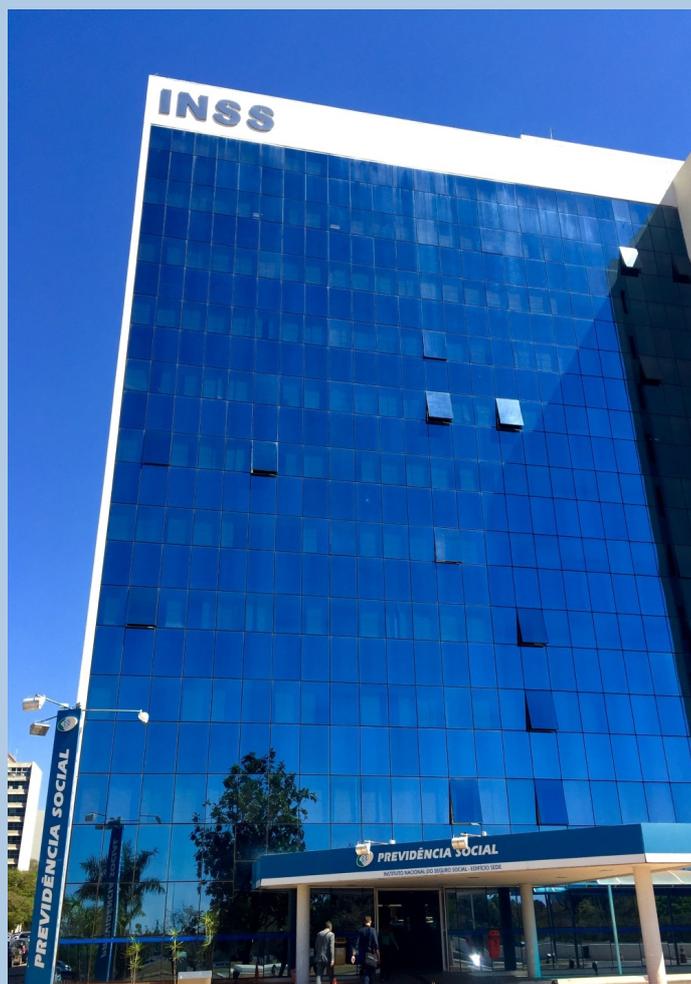




MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AUDITORIA-GERAL

## **AUDITORIA INTERNA DO INSS**



# **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA RAINT 2017**

**Fevereiro/2018**

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Introdução.....  | 2  |
| I. Execução PAIN'T .....   | 3  |
| II. Análise Consolidada dos Controles Internos do INSS .....             | 8  |
| III. Trabalhos Realizados sem Previsão no PAIN'T .....                   | 22 |
| IV. Trabalhos previstos no PAIN'T não Realizados ou não Concluídos ..... | 24 |
| V. Fatos Relevantes que Impactaram Positiva ou Negativamente .....       | 25 |
| VI. Descrição das Ações de Capacitação .....                             | 28 |
| VII. Recomendações Emitidas e Implementadas no Exercício .....           | 32 |
| VIII. Descrição dos Benefícios da Atuação da Auditoria .....             | 33 |
| Considerações Finais .....   | 36 |

## INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN'T apresenta informações sobre os trabalhos realizados durante o exercício de 2017. Foi elaborado em conformidade ao disposto na Instrução Normativa (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que dispõe, entre outros temas, sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAIN'T) da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

A Auditoria Interna executou sua programação de modo a cumprir o PAINT/2017, o qual foi definido com base nos processos elencados na Matriz de Análise de Processos Críticos, resultando na identificação das ações prioritárias ao longo do exercício.

Neste Relatório, também se apresentam as atividades realizadas de acordo com a carga horária relativa às ações especiais ou não planejadas, além das ações de desenvolvimento institucional e de fortalecimento da Auditoria Interna.

Os trabalhos realizados cumpriram seus propósitos, com indicação dos pontos que fortalecem a gestão no âmbito operacional, gerencial e estratégico, para fins de demonstração do desempenho do Órgão no que tange aos seus direcionadores, objetivos e metas, conformidade e operacionalidade, estabelecidos no planejamento estratégico.

O relato das atividades de Auditoria Interna, de acordo com o artigo 15 da IN nº 24 CGU/2015, contém a seguinte estrutura:

**I** - Descrição dos trabalhos de auditoria interna, os quais foram realizados de acordo com o PAINT;

**II** - Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicação das ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;

**III** - Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, com indicação de sua motivação e seus resultados;

**IV** - Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;

**V** - Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;

**VI** - Descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;

VII - Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e

VIII - Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.

A seguir, detalham-se as atividades desenvolvidas em 2017.

## I. EXECUÇÃO PAINT

### DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA OS QUAIS FORAM REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT.

Cumprindo as competências regimentais e em estreita consonância com o Planejamento Estratégico do INSS, a Auditoria Interna desenvolveu as atividades aprovadas no PAINT/2017. As ações realizadas guardaram conformidade com as necessidades do Instituto, abrangendo os aspectos relacionados à relevância e materialidade e, ainda, temas de caráter crítico para a administração, com maior probabilidade de ocorrência de desvio de normalidade, além dos apontamentos registrados pelos órgãos de controle interno e externo.

O PAINT contemplou a programação de auditorias na Administração Central e em todas as Superintendências Regionais, Gerências-Executivas, incluindo, conforme o caso, as Agências da Previdência Social, levando em consideração os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para a realização das competências técnicas (conhecimento, habilidade e atitude) e os requisitos dispostos em normativos provenientes dos órgãos reguladores e dos órgãos de controle interno e externo, e ainda, os padrões de trabalho de auditoria estabelecidos no Manual de Auditoria Interna (MAI) do INSS.

Destaca-se que não houve ações de Auditoria Interna prevista no PAINT 2016 com conclusão de trabalhos em 2017.

Os demonstrativos a seguir apresentam o detalhamento das Macroações de Auditoria, a Unidade auditada na execução do PAINT, o(s) processo(s) envolvido(s) e o quantitativo de ações realizadas pela Auditoria Interna do INSS.

**Quadro 1. Ações de Auditoria Interna previstas no PAIN'T 2017.**

| Nº | Macroação  | Área Auditada                           | Qtd. Ações Realizadas |
|----|--|---|-----------------------|
| 1  | <b>Avaliação da Capacidade Laboral e Funcional</b>       | Saúde do Trabalhador                    | Em andamento          |
| 2  | <b>Gerenciamento do Cadastro de Informações Sociais</b>  | Benefícios                              | 1                     |
| 3  | <b>Gestão de Licitações e Contratos</b>                  | Orçamento, Finanças e Logística         | 133                   |
| 4  | <b>Gestão de Obras e Serviços de Engenharia</b>          | Orçamento, Finanças e Logística         | 8                     |
| 5  | <b>Gestão de Pagamentos do RGPS</b>                      | Benefícios                              | 104                   |
| 6  | <b>Gestão de Pessoas</b>                                 | Gestão de Pessoas                       | 18                    |
| 7  | <b>Gestão do Patrimônio Imobiliário</b>                  | Orçamento, Finanças e Logística         | 24                    |
| 8  | <b>Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil</b>        | Orçamento, Finanças e Logística         | 105                   |
| 9  | <b>Modelagem de soluções em Tecnologia da Informação</b> | Tecnologia da Informação e Comunicações | -                     |
| 10 | <b>Monitoramento Operacional de Benefícios</b>           | Benefícios                              | 30                    |

Conforme disposto no quadro acima, segue o detalhamento das Macroações concluídas no exercício de 2017.

| Macroação nº 2 /2017 | Auditoria no Gerenciamento do Cadastro de Informações Sociais - CNIS  |
|----------------------|---|
| Área                 | Benefícios  |
| Unidade(s)           | Agências da Previdência Social  |
| Escopo               | Resultado do trabalho de extração de informações cadastrais, relacionados a inserção de vínculos cadastrados extemporaneamente por meio de Guia da Previdência Social – GPS, incidindo no reconhecimento do tempo de contribuição.<br>Trabalho consolidado por meio da Nota Técnica nº 02/AUDGER/INSS, de 25/10/2017. |
| Total de Ações       | 1   |
| Cronograma Executado | Janeiro a dezembro de 2017  |
| Recursos Humanos     | 03 servidores   |

| <b>Macroação nº 3 /2017</b> | <b>Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços Continuados.</b>  |
|-----------------------------|---|
| Área                        | Orçamento, Finanças e Logística   |
| Unidade(s)                  | Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas.  |
| Escopo                      | Análise quanto ao cumprimento dos princípios legais e normas administrativas, examinando os pontos relacionados à restrição da competitividade, às especificações e quantitativos, ao cumprimento das orientações jurídicas, à atuação dos gestores e fiscais dos contratos, ao monitoramento dos aditamentos e das planilhas de custos e formação de preços, ao atesto dos pagamentos e liquidação da obrigação, às repactuações e equilíbrio financeiro, visando avaliar se os processos encontram-se instruídos adequadamente, de acordo com suas características e finalidades. |
| Total de Ações              | 133   |
| Cronograma Executado        | Janeiro a dezembro de 2017  |
| Recursos Humanos            | 32 servidores   |

| <b>Macroação nº 4 /2017</b> | <b>Auditoria no Processo de Gestão de Obras do Programa de Expansão - PEX do INSS</b>  |
|-----------------------------|--|
| Área                        | Orçamento, Finanças e Logística  |
| Unidade(s)                  | Gerências Executivas   |
| Escopo                      | Avaliação de construções de APS do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX) em oito Gerências Executivas distribuídas nas cinco Superintendências, quanto aos procedimentos de recebimento, qualidade da obra e utilização das garantias, quando necessária. |
| Total de Ações              | 8  |
| Cronograma Executado        | Junho a dezembro de 2017   |
| Recursos Humanos            | 6 servidores   |

| <b>Macroação nº 5 /2017-A</b> | <b>Gestão de Pagamento do RGPS</b>  |
|-------------------------------|---|
| Área                          | Benefícios  |
| Unidade(s)                    | Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social   |
| Escopo                        | Acompanhamento contínuo do Processo de Gestão de Pagamento do RGPS, promovendo análises quanto a acumulações indevidas de benefícios; pagamentos em duplicidade para um mesmo período; pagamentos pós-óbito; manutenção indevida de benefícios cujo segurado/beneficiário já possui óbito registrado no sistema SIM do Ministério da Saúde, ou no SISOBI, esse de responsabilidade do INSS. |
| Total de Ações                | 104   |

|                               |                                    |
|-------------------------------|------------------------------------|
| <b>Macroação nº 5 /2017-A</b> | <b>Gestão de Pagamento do RGPS</b> |
| Cronograma Executado          | Dezembro/2016 a novembro/2017      |
| Recursos Humanos              | 24 servidores                      |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| <b>Macroação nº 5/2017-B</b> | <b>Auditoria de Acompanhamento no Processo de Gestão de Pagamento do RGPS (Pagamento Alternativo de Benefícios/ Créditos Diários)</b>   |
| Área                         | Benefícios  |
| Unidade(s)                   | Gerências Executivas e Agências da Previdência Social   |
| Escopo                       | Acompanhamento dos Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB e Créditos Diários autorizados, selecionados por meio de extrações na base de dados do PAB, com a utilização da ferramenta <i>Audit Command Language</i> - ACL, de acordo com trilhas pré-definidas, a fim de identificar, tempestivamente, possíveis erros operacionais e pagamentos indevidos, bem como a não observância das normas com o objetivo de evitar prejuízos ao erário. |
| Total de Ações               | 104   |
| Cronograma Executado         | Dezembro/2016 a novembro/2017   |
| Recursos Humanos             | 9 servidores  |

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Macroação nº 6 /2017</b> | <b>Auditoria no Processo de Gestão de Pessoas</b>  |
| Área                        | Gestão de Pessoas  |
| Unidade(s)                  | Superintendências Regionais e Gerências Executivas   |
| Escopo                      | Análise quanto ao cumprimento dos princípios legais e normas administrativas, examinando pontos relacionados as atividades inerentes à concessão e manutenção dos adicionais de insalubridade, devido aos servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazendo jus ao referido adicional sobre o vencimento do cargo efetivo. |
| Total de Ações              | 18   |
| Cronograma Executado        | Abril a dezembro/2017  |
| Recursos Humanos            | 26 servidores  |

| <b>Macroação nº 7 /2017</b> | <b>Auditoria no Processo de Gestão do Patrimônio Imobiliário</b>  |
|-----------------------------|---|
| Área                        | Orçamento, Finanças e Logística   |
| Unidade(s)                  | Gerências Executivas  |
| Escopo                      | Avaliação dos procedimentos de regularização dos imóveis, com ocupação irregular, bem como a alienação dos imóveis constantes do Plano Nacional de Desimobilização – PND em 24 Gerências Executivas, totalizando 265 imóveis. |
| Total de Ações              | 24  |
| Cronograma Executado        | Mai a dezembro/2017   |
| Recursos Humanos            | 18 servidores   |

| <b>Macroação nº 8 /2017</b> | <b>Auditoria no Processo de Gestão Contábil</b>   |
|-----------------------------|---|
| Área                        | Orçamento Finanças e Contabilidade  |
| Unidade(s)                  | Superintendências e Gerências Executivas  |
| Escopo                      | Acompanhamento do desempenho da Gestão Contábil, por meio de exames, contemplando análises e avaliações dos controles adotados pela setorial contábil, dos registros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), abrangendo a totalidade das Unidades Gestoras vinculadas ao INSS e ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS. |
| Total de Ações              | 105   |
| Cronograma Executado        | Julho a outubro/2017  |
| Recursos Humanos            | 18 servidores   |

| <b>Macroação nº 10 /2017</b> | <b>Auditoria no processo de Monitoramento Operacional de Benefícios</b>  |
|------------------------------|--|
| Área                         | Benefícios   |
| Unidade(s)                   | 30 (trinta) Gerências, 01 (uma) APS por Gerência   |
| Escopo                       | Os trabalhos consistiram na avaliação do planejamento e a gestão do monitoramento operacional de benefícios nas Agências da Previdência Social – APS e Gerências Executivas, bem como nos recursos financeiros envolvidos e na percepção dos servidores da área de reconhecimento de direitos. |
| Total de Ações               | 30   |
| Cronograma Executado         | Janeiro a dezembro de 2017   |
| Recursos Humanos             | 12 servidores  |

## II. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS CONTROLES INTERNOS

ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS, IDENTIFICANDO AS ÁREAS QUE APRESENTARAM FALHAS RELEVANTES E INDICAÇÃO DAS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES.

### II.1. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

As Auditorias realizadas tiveram por intuito identificar falhas e riscos visando à mitigação das chances de que problemas se potencializem no futuro, com o propósito de agregar valor à gestão, avaliando de forma objetiva e baseada em evidências os mecanismos de controle interno quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, contribuindo com a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, resguardando os interesses da Instituição.

A Auditoria Interna do INSS, durante o exercício, preocupou-se em desenvolver métodos e procedimentos para avaliação de controles internos com base nos riscos identificados e assim vem revisando suas técnicas, aprimorando suas avaliações de modo a contribuir para o fortalecimento dos controles internos.

Nas Macroações do exercício de 2017 foram agregados Questionários de Avaliação de Controle Interno, utilizados nos trabalhos desenvolvidos, que consistiram na atribuição de pontuação para avaliação por dimensão, representado pelos componentes dos controles internos em consonância com a Norma Brasileira - ABNT NBR ISO 31000, de 15 de novembro de 2009 - Gestão de riscos - Princípios e diretrizes e a metodologia do *Comitee of Sponsoring Organization* - COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras).

Para manifestação quanto ao nível de maturação dos controles foram utilizadas 05 (cinco) dimensões do COSO e considerados os elementos para sustentação da escala de avaliação com variantes de insuficiente a ótimo em relação à percepção dos controles internos. Dessa análise apresentamos a metodologia utilizada e os resultados relativos às macroações de auditoria descritas no subitem II.1.C - RESULTADOS POR MACROAÇÃO – Quadro 2 – Avaliação dos Controles Internos.

## II.1.A - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

### **Dimensão: Ambiente de Controle**

#### **Elementos Considerados:**

- Procedimentos e/ou instruções de trabalhos padronizados;
- Identificação de responsabilidades;
- Segregação de funções;
- Pessoal suficiente, não comprometendo a qualidade dos trabalhos;
- Procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade auditada estão adequadamente formalizados; e
- Conhecimento dos gestores e servidores, bem como se esses possuem experiência e são treinados/reciclados para cumprir suas obrigações.

### **Dimensão: Avaliação de Riscos**

#### **Elementos Considerados:**

- Objetivos centrais, se estes são claramente estabelecidos e comunicados aos responsáveis;
- Aspectos de efetividade e eficiência das operações, se objetivos contemplam a confiabilidade nos relatórios financeiros e/ou gerenciais e de conformidade em relação às leis e normativos aplicáveis;
- Objetivos da atividade e adequação destas, quando comparadas aos objetivos da organização e aos planos estratégicos;
- Os objetivos e os riscos da atividade em relação à revisão periódica para garantir sua permanente relevância;
- Os mecanismos implantados para prever, identificar e reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos;
- Os riscos, as oportunidades e o tratamento dispensado a esses na organização, de modo a que suas implicações sejam integralmente identificadas, bem como planos de ação sejam formulados e cumpridos;
- As decisões de resposta ao risco, avaliando se estas são tomadas por quem tem competência para tal e, quando pertinente, são formalizadas;
- O risco residual assumido e se este é compatível com os parâmetros institucionais;
- Os indicadores de desempenho importantes para o alcance dos objetivos, bem como, se são identificados e monitorados; e

- A evolução dos indicadores de desempenho quanto ao acompanhamento pelo seu responsável, por meio de relatórios específicos.

### **Dimensão: Atividades de Controle**

#### **Elementos Considerados:**

- Alçadas: quanto aos limites determinados a um servidor, e, ainda, a possibilidade deste aprovar valores ou assumir posições em nome da instituição;
- Autorizações: quanto à subdelegação da administração ao determinar as atividades e transações que necessitam de aprovação de um supervisor para que sejam efetivadas;
- Normatização interna: quanto à definição, de maneira formal, das regras internas necessárias ao funcionamento da entidade; se as normas são de fácil acesso para os funcionários da organização; se definem responsabilidades, políticas corporativas, fluxos operacionais, funções e procedimentos, incluindo no contexto manifestação quanto aos riscos identificados; se para esses a administração implementou mecanismos de controle que minimizem a probabilidade dos objetivos da atividade não serem alcançados;
- As atividades de controle, se são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle;
- Definição dos controles a serem implementados, se a administração utiliza algum tipo de *benchmark* de boas práticas que possa ser aplicadas.
- Instrumentos que a administração se dispõe e se esses subsidiam a certificação de que as atividades de controle são adequadas;
- Controles de prevenção e de detecção existentes para garantir que as operações realizadas sejam adequadamente iniciadas, autorizadas, registradas, processadas e divulgadas.
- As rotinas de conformidade, de conferência e de conciliação que garantem a fidedignidade dos registros contábeis;
- As informações sigilosas, eventualmente tratadas no âmbito da atividade sob exame, e se essas têm recebido o tratamento previsto na política de segurança da Instituição;
- As providências adotadas para garantir que na realização de procedimentos conflitantes seja observado e aplicado o princípio da segregação de funções;
- Políticas e procedimentos aplicados para assegurar que decisões críticas sejam tomadas com aprovação adequada (nível hierárquico);
- A existência de planos de continuidade instituídos para tratamento de processos críticos; e

- A organização quanto à instituição de mecanismos para acompanhamento contínuo dos indicadores de desempenho.

### **Dimensão: Informação e Comunicação**

#### **Elementos Considerados:**

- As informações, se essas são documentadas, de qualidade, oportunas e precisas;
- A comunicação, se ocorre em todos os níveis da organização;
- O órgão em relação à obtenção de informações de que necessita, se ocorre de maneira prática e tempestiva;
- O órgão em relação à obtenção das informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, e que permitem identificar se os objetivos operacionais, de informação e conformidade, estão sendo atingidos;
- O órgão quanto a identificação, captura, processamento e comunicação das informações necessárias a seus clientes e fornecedores em tempo hábil e de maneira prática;
- As informações dispensadas aos servidores quanto a suas tarefas e como elas impactam em outros servidores da própria unidade de trabalho ou de outras unidades da organização;
- Existência de políticas e procedimentos para assegurar que as informações sejam fornecidas tempestivamente, de modo a permitir o efetivo monitoramento dos eventos e atividades;
- Estrutura organizacional e de suporte tecnológico que garanta o processamento de dados e a elaboração de informações gerenciais de forma confiável e tempestiva;
- Os sistemas de informática, quanto à segurança e confiabilidade, contemplando aspectos como: segurança no acesso/identificação; crítica na entrada de dados; procedimentos de backup; e planos de contingência para questões chave;
- A organização quanto à produção e/ou recebimento, tempestivamente, de informações sobre desempenho;
- A organização quanto à identificação, captura, processamento e comunicação das informações necessárias ao superior hierárquico, aos demais componentes administrativos e aos participantes de forma geral, em tempo hábil e de maneira prática; e
- Os sistemas informatizados quanto ao desempenho e periodicidade da revisão, atualização e validação, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis.

**Dimensão: Atividades de Monitoramento****Elementos Considerados:**

- Os controles internos quanto a sua avaliação;
- Os controles internos como contribuição para obtenção de resultados;
- Os controles internos quanto à avaliação da qualidade do desempenho ao longo do tempo (arquitetura, prontidão e ações corretivas);
- Inputs: reclamações de clientes, fornecedores e gerentes;
- Os controles internos quanto à supervisão pela administração, pelos funcionários ou pelas partes externas;
- Trabalhos periódicos realizados pela auditoria interna;
- Informações de órgãos de controle, agências reguladoras, auditorias externas, órgãos de supervisão bancária;
- A performance quanto à mensuração e monitoração, considerando os resultados alcançados e a comparação em relação aos objetivos da atividade;
- A administração quanto à obrigatoriedade de divulgação de relatórios de exceção, para situações que se configurem como “fora dos padrões”;
- A abrangência e a qualidade dos relatórios periódicos de acompanhamento do controle interno quanto a sua adequação; e
- As deficiências identificadas relativas aos controles internos e, se essas, são reportadas tempestivamente ao nível gerencial apropriado.

**II.1.B - ESCALA DE AVALIAÇÃO**

| <b>Pontuação</b> | <b>Conceito-Escala</b> |
|------------------|------------------------|
| 1                | Insuficiente           |
| 2                | Baixo                  |
| 3                | Médio                  |
| 4                | Bom                    |
| 5                | Ótimo                  |

## II.1.C - RESULTADOS POR MACROAÇÃO

**Quadro 2. – Macroações – Avaliação dos Riscos**

| <b>Gestão de Licitações e Contratos / Auditoria no Processo de Gestão de Contratação de Serviços Continuados</b> |                            |                  |   |
|--|----------------------------|------------------|---|
| <b>Macroação 3</b>   | <b>Risco</b>               | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>  |
|  | Ambiente de Controle       | 4                | Os procedimentos relativos às planilhas de custos e gestão dos contratos necessitam de orientações mais específicas;<br>As capacitações oferecidas não são suficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades;<br>Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação.  |
|  | Avaliação de Riscos        | 3                | As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados nos trabalhos de Auditoria;<br>Nos casos de contratações de serviços, os mecanismos existentes para prevenção de riscos não são suficientes, no que tange à licitação e à execução dos contratos, podendo ocorrer contratações com planejamento e custos formulados de forma incorreta, e na gestão dos contratos a ocorrência de falhas e inexecução e descumprimento de obrigações trabalhistas;<br>Não há relatórios específicos para identificar situações que fogem ao padrão. |
|  | Atividades de Controles    | 4                | Verifica-se deficiência na execução dos procedimentos relacionados ao custo dos serviços e fiscalização dos contratos;<br>As informações disponíveis nos sistemas não são consistentes em sua totalidade;<br>As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas envolvendo os níveis estratégico e tático;<br>Segregação de funções.   |
|  | Informação e Comunicação   | 3                | Em grande parte se verifica informações disponíveis para apoiar a execução;<br>Deficiências na obtenção de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos.   |
|  | Atividade de Monitoramento | 3                | Supervisão deficiente;<br>Recomendações de Auditoria não são atendidas tempestivamente;<br>Recomendações recorrentes.   |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 3 Médio</b>                                      |                            |                  |   |

| <b>Macroação 4</b>  |                  |  |
|---|------------------|--|
| <b>Auditoria no Processo de Gestão de Obras do Programa de Expansão - PEX do INSS</b> |                  |  |
| <b>Risco</b>  | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>   |
| Ambiente de Controle  | 4                | Existem normativos que definem os procedimentos para a realização do recebimento da obra.<br>Fragilidade na identificação da responsabilidade para a realização do recebimento definitivo da obra.<br>A Gerência Executiva participa e define a equipe em todas as fases do recebimento provisório ao definitivo prejudicando a segregação de função.<br>Quantitativo reduzido de servidores habilitados para realizar as avaliações necessárias.<br>Ausência de treinamento ou reciclagem para os gestores da área. |
| Avaliação de Riscos   | 2                | Ausência de controle que permita avaliar e monitorar a efetividade e qualidade do objeto.<br>Fragilidade na obtenção, arquivamento e guarda da documentação relativa à construção, situação dominial, manutenção e garantia da edificação.   |
| Atividades de Controles   | 2                | Os manuais definem as rotinas para as atividades de controle, porém estão estritamente ligadas ao conhecimento e proatividade dos servidores envolvidos no processo.<br>Não foram identificadas rotinas de supervisão e as orientações a serem realizados pelas Superintendências.<br>Não existem sistemas ou rotinas que possibilitem o monitoramento da situação das obras pelas instâncias superiores.  |
| Informação e Comunicação  | 3                | O manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário possui informações sobre os procedimentos para o recebimento da obra e acionamento da garantia.<br>Em geral, as Gerências Executivas não têm conhecimento dos Memorandos-Circulares emitidos pela DIROFL para complementar as informações do manual sobre os procedimentos relacionados às obras.  |
| Atividade de Monitoramento  | 1                | Devido ao alto grau de intervenção manual e a subjetividade para a execução das tarefas, os controles são empregados conforme o conhecimento e expertise dos servidores envolvidos no processo.<br>Ausência de controles que possibilitem o monitoramento e avaliação da situação dominial da edificação e qualidade das instalações.  |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 2 Baixo</b>           |                  |  |

| <b>Macroação 5</b>  |                  |   |
|---|------------------|---|
| <b>Gestão de Pagamentos do RGPS</b>   |                  |   |
| <b>Risco</b>  | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>  |
| Ambiente de Controle  | 3                | Os procedimentos encontram-se satisfatoriamente normatizados em atos legais e normativos internos. Segregação de função e níveis de alçada praticados apenas em alguns subprocessos (PAB). As capacitações oferecidas não são suficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades, ou não se encontram devidamente estruturadas em planos específicos;<br>Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação.   |
| Avaliação de Riscos   | 3                | As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados pela Auditoria;<br>Os mecanismos existentes para prevenção de riscos são insuficientes. A maioria das ações é de caráter corretivo, voltadas à correção de falhas.  |
| Atividades de Controles   | 3                | Em que pese os normativos e controles sistêmicos existentes, verifica-se, de forma recorrente, deficiência na execução dos procedimentos relacionados a pagamentos e acumulações indevidas, e não detecção do óbito de segurados;<br>As informações apresentam considerável grau de confiabilidade.<br>As principais fragilidades estão relacionadas a falhas cadastrais dos beneficiários, que podem impactar na gestão dos pagamentos;<br>As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas, envolvendo os níveis estratégico e tático, bem como a segregação de funções. |
| Informação e Comunicação  | 3                | Em grande parte existem informações disponíveis para apoiar a execução das ações de controle, sendo necessária, contudo, uma maior estruturação e sistematização dos dados, uma vez que as informações gerenciais são voltadas, em sua maioria, ao atendimento e reconhecimento inicial de direitos;<br>Existem limitações quanto à extração e análise de informações gerenciais relacionadas ao processo;<br>Deficiência na obtenção de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos.   |
| Atividade de Monitoramento  | 3                | Procedimentos de supervisão e monitoramento deficientes ou não realizados tempestivamente;<br>Recomendações de Auditoria não atendidas tempestivamente, com recorrência das constatações identificadas  |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 3 Médio</b> |                  |   |

| <b>Macroação 6</b>  |                  |  |
|---|------------------|--|
| <b>Gestão de Pessoas / Auditoria no Processo de Gestão de Pessoas</b>       |                  |  |
| <b>Risco</b>  | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>   |
| Ambiente de Controle  | 3                | Ausência de normativos suficientes que orientem, sistematizem e alinhem em âmbito nacional as diretrizes para o processo de reconhecimento do direito de percepção do adicional. |
| Avaliação de Riscos   | 2                | Inexistência de procedimentos de orientação e controle de risco do processo de concessão e manutenção do adicional de insalubridade.   |
| Atividades de Controles   | 2                | Ausência de alinhamento quanto à confecção dos laudos periciais para concessão e manutenção do adicional de insalubridade, dificultando o estabelecimento de controles.          |
| Informação e Comunicação  | 2                | Comunicação insuficiente e segregada, desfavorável à melhoria e higidez no ambiente de trabalho.   |
| Atividade de Monitoramento  | 2                | Insuficiência de mecanismos de monitoramento e controle do processo que detectem distorções na atividade de concessão e manutenção do adicional de insalubridade.                |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 2 Baixo</b> |                  |  |

| <b>Macroação 7</b>  |                  |   |
|---|------------------|---|
| <b>Gestão do Patrimônio Imobiliário / Auditoria no Processo de Gestão do Patrimônio Imobiliário</b> |                  |   |
| <b>Risco</b>  | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>  |
| Ambiente de Controle  | 3                | Inexistência de processos de trabalho para execução das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, definindo procedimentos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas previamente estabelecidas. |
| Avaliação de Riscos   | 2                | Imóveis em situação irregular quanto à ocupação e documentação e sem providências, representando riscos ao processo de desmobilização.  |
| Atividades de Controles   | 2                | Ausência de procedimentos e rotinas de fiscalização e inspeção física dos imóveis.<br>Inexistência de execução de procedimentos efetivos para cobrança de taxa de ocupação.   |
| Informação e Comunicação  | 3                | Falta de integração entre as áreas envolvidas na gestão do patrimônio imobiliário.  |
| Atividade de Monitoramento  | 3                | Controles insuficientes para monitoramento das atividades relacionadas à gestão do patrimônio imobiliário.  |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 3 Médio</b>                         |                  |   |

| <b>Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil / Auditoria no Processo de Gestão Contábil</b> |                            |                  |   |
|--|----------------------------|------------------|---|
| <b>Macroação 8</b>   | <b>Risco</b>               | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>  |
|  | Ambiente de Controle       | 5                | Existem procedimentos e instruções formais de trabalho padronizados, que permitem a boa execução, podendo-se afirmar que os controles internos instituídos são suficientes e oportunos para garantir, a eficiência, a eficácia, a tempestividade e a efetividade das operações. |
|  | Avaliação de Riscos        | 4                | De acordo com as rotinas estabelecidas para o processo de Gestão Contábil, percebe-se o monitoramento dos riscos, para a manutenção das operações e alcance dos objetivos.  |
|  | Atividades de Controles    | 4                | Apesar da boa estrutura de normativos para os processos de trabalho, as operações ainda tem sofrido com informações inconsistentes nos sistemas informatizados, apesar da existência de atividades de controle para reduzir os riscos a níveis aceitáveis.                      |
|  | Informação e Comunicação   | 4                | Existem informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno, e estas são veiculadas através de forma tempestiva a todas as partes interessadas.   |
|  | Atividade de Monitoramento | 4                | São realizadas avaliações contínuas e/ou independentes para a certificação da presença e funcionamento do controle interno e, as deficiências detectadas são comunicadas em tempo hábil aos responsáveis, para a adoção de medidas pertinentes.                                 |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 4 Bom</b>                    |                            |                  |   |

| <b>Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB)</b> |                          |                  |   |
|--|--------------------------|------------------|---|
| <b>Macroação 10</b>                                  | <b>Risco</b>             | <b>Pontuação</b> | <b>Identificação</b>  |
|  | Ambiente de Controle     | 1                | Totalmente insuficiente, não há padronização, não há equipe suficiente, praticamente inexistente prevenção, estoque só cresce.  |
|  | Avaliação de Riscos      | 1                | Não há instância revisora, a prevenção é quase nula, os indicadores são trabalhados enquanto quantidade e não qualidade, a política da casa, hoje, prioriza a quantidade de benefícios protocolados e não com a qualidade das decisões tomadas.   |
|  | Atividades de Controles  | 3                | As atividades de controle até são respeitadas e seguidas, todavia não há o feedback dos problemas resolvidos, não aprendemos com os nossos erros.   |
|  | Informação e Comunicação | 2                | Esta dimensão é fragmentada. Tanto que as opiniões entre servidores de Agência e as chefias nem sempre são coincidentes. Outro ponto relevante é o aumento da comunicação entre servidores via redes sociais. No caso do MOB as respostas quanto ao fato de os servidores entenderem que o manual não é adequado define o quanto falha a comunicação. |

| <b>Macroação 10</b>   |   |   |
|---|---|---|
| <b>Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB)</b>                        |   |   |
| Atividade de Monitoramento  | 3 | A avaliação dos controles vem sendo feita periodicamente. |
| <b>Avaliação – Conceito-Escala (Média Aritmética arredondada) = 2 Baixo</b> |   |   |

## II.2. - INDICAÇÃO DAS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES.

As ações promovidas para mitigação dos riscos identificados consistiram na emissão de recomendações às áreas estratégicas, conforme principais evidências abaixo, por área:

| <b>Área de Orçamento, Finanças e Logística.</b> |   |
|---|---|
| <b>Processo</b>                                 | <b>Evidência</b>  |
| Contratos                                       | Inobservância às normas, regulamentos e procedimentos administrativos.<br>Deficiência na análise das Planilhas de Custos e Formação de Preços quanto ao correto enquadramento da licitante no regime de tributação.<br>Pagamento de benefícios estabelecidos em Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho e na Legislação Trabalhista que os funcionários das contratadas optaram por não receber, tais como:<br>assistência médica (plano de saúde) e vale transporte.<br>A Administração não vem efetuando depósito em conta vinculada para fins de provisionamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores.<br>Fiscais Administrativos desconhecem suas atribuições e responsabilidades no gerenciamento da prestação de serviços contratados para suas unidades. |
| Obras   | Ausência de controle que permita avaliar e monitorar a efetividade e qualidade do objeto.<br>Fragilidade na obtenção, arquivamento e guarda da documentação relativa à construção, situação dominial, manutenção e garantia da edificação.<br>Ausência de rotinas de supervisão e as orientações a serem realizados pelas Superintendências.<br>Falta de sistemas ou rotinas que possibilitem o monitoramento da situação das obras pelas instâncias superiores.  |
| Patrimônio Imobiliário                          | Imóveis não regularizados perante os Cartórios de Registro de Imóveis.<br>Imóveis ocupados irregularmente e sem providências para desocupação.<br>Imóveis relacionados no Plano Nacional de Desimobilização – PND, não estão em condições de serem alienados.   |
| Gestão Contábil                                 | Registros de agentes responsáveis incompletos e/ou desatualizados em relação aos atos de designação e dispensa no Rol de Responsável no SIAFI, UG INSS e FRGPS.   |

| <b>Área de Orçamento, Finanças e Logística.</b> |  |
|---|--|
|   | <p>Registros contábeis indevidos em Unidades Gestoras de Agências da Previdência Social, não executoras no SIAFI.</p> <p>Inversão de saldo na conta 8.2.2.2.3.01.00 – SUB-REPASSE A PROGRAMAR, em 10(dez) Unidades Gestoras do INSS.</p> <p>Não contabilização de juros e multas constantes em Autorização de Pagamento.</p> |

| <b>Área de Gestão de Pessoas</b> |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Processo</b>                  | <b>Evidência</b>  |
| Adicional de Insalubridade       | <p>Laudos técnicos desatualizados e inexistência de portarias, portarias desatualizadas e com informações indevidas.</p> <p>Inexistência de procedimentos de orientação e controle de risco, com exceção quando da realização do registro de alteração de lotação do servidor no SIAPENET, para os processos de concessão e manutenção do adicional de insalubridade.</p> <p>Inexistência ou deficiência no processo de informação e divulgação da informação.</p> <p>Ausência de laudo técnico individualizado para servidor ocupante de chefia.</p> |

| <b>Área de Benefícios</b>          |   |
|------------------------------------|---|
| <b>Processo</b>                    | <b>Evidência</b>  |
| Reconhecimento Inicial de Direitos | Deficiência nos sistemas corporativos, permitindo concessões de direitos indevidos.   |
| Pagamento de Benefícios            | Ausência de ferramenta que realize o encontro de contas de valores relativos a benefícios de espécies incompatíveis, no momento do processamento da folha de pagamento. |
|                                    | Emissão de crédito (PAB) para benefícios por incapacidade sem comprovação em sistema de perícia favorável.  |
|                                    | Manutenção do Pagamento pós-óbito.  |
|                                    | Acumulação de espécies incompatíveis.   |
| Monitoramento de Benefícios        | Falta de controle do acerto de benefícios a serem tratados  |
|                                    | Desconhecimento do real papel do Monitoramento Operacional de Benefícios - MOB pelos servidores das APS.  |

| <b>Gerais</b>  |
|--|
| Fragilidade nos sistemas corporativos, permitindo concessões de direitos indevidos.<br>Assimilação intempestiva do conhecimento em função das constantes alterações legislativas envolvendo o tema previdenciário. |
| Deficiência na identificação e tratamento de eventos relacionados a riscos que podem impactar nos objetivos da instituição.  |
| Assimilação intempestiva do conhecimento em função das constantes alterações legislativas envolvendo o tema previdenciário.  |
| Fragilidade na gestão/supervisão técnica.  |

### **Oportunidades de Melhoria para fortalecimento dos controles internos**

- Aperfeiçoamento nos sistemas informatizados que possibilitam a visão operacional, gerencial e estratégica e maior transparência das informações.
- Interface entre as áreas envolvidas no processo.
- Avaliação de fluxo de operacionalização e acompanhamento quanto à aderência dos procedimentos aos normativos, com a finalidade de redução dos riscos inerentes aos processos críticos.
- Implantação de módulos nos sistemas corporativos, relacionados a benefícios pagos indevidamente, visando à execução automática da tarefa e o controle de ressarcimentos e notificações automáticas.
- Implementação de medidas para realização de supervisão, visita técnica e interação de forma tempestiva e proativa, para minimização dos riscos identificados.
- Adequação de sistemas corporativos buscando comportar a funcionalidade da segregação de funções, conforme previsão em normativos.
- Promoção da uniformização dos procedimentos por meio de treinamentos e capacitações específicas, observados os níveis de atuação operacional, tático e estratégico.
- Instituição de travas nos sistemas que impeçam concessões/reactivações de benefícios irregulares.
- Orientações de forma continuada para fins de constante avaliação do correto enquadramento da licitante/contratada quanto ao regime tributário nas repactuações.
- Orientação de frequentes consultas junto à Procuradoria Geral do INSS com emissão de Parecer Normativo, fundamentando orientação aos Gestores a efetuarem a glosa dos benefícios estabelecidos em Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho, para os quais não houve adesão e/ou optaram por não receber, tais como assistência médica (plano de saúde) e vale-transporte.

- Fiscalização e acompanhamento pelos gestores e responsáveis designados para fins de obtenção de melhores resultados.
- Proposição de ações e medidas preventivas visando à qualidade e melhoria dos serviços previdenciários, com o propósito de assegurar um atendimento de qualidade, com agilidade e comodidade aos usuários.
- Realização de ações de comunicação direcionadas ao processo e atividades do Monitoramento Operacional de Benefícios - MOB pelos servidores.
- Adoção de tratativas junto à Receita Federal de forma a regulamentar a indenização decadente, atribuindo controles e travas de segurança no Sistema SALWEB.
- Implantação no CNIS de indicadores que possam registrar a informação de competências pagas extemporaneamente, por meio do Sistema de Acréscimos Legais – SALWEB.
- Levantamento e regularização dos imóveis pertencentes ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social junto aos cartórios de Registro de Imóveis e Prefeituras Municipais.
- Definição de competências e responsabilidades pela execução das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário.
- Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de gestão do patrimônio imobiliário – SGPIWeb.
- Identificação, análise e avaliação das vulnerabilidades (eventos de risco) que podem afetar a atividade de concessão e manutenção do adicional de insalubridade e o alinhamento das áreas no âmbito do cumprimento dos papéis e responsabilidades inerentes ao processo de trabalho.

### III. TRABALHOS REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT, COM INDICAÇÃO DE SUA MOTIVAÇÃO E SEUS RESULTADOS.

| <b>Ação</b>                    | <b>Auditoria Extraordinária no processo de concessão de benefícios com retroação da Data de Início do Pagamento.</b>  |
|--------------------------------|---|
| <b>Área</b>                    | Benefícios  |
| <b>Unidade(s)</b>              | Gerência Executivas e Agências da Previdência Social  |
| <b>Escopo/<br/>Motivação</b>   | Auditoria Extraordinária desenvolvida em decorrência de apurações realizadas pela APEGR/BA, Operação da Polícia Federal denominada Ameaça Fantasma deflagrada em 15/12/2016 e, por fim, o Ofício 023/APEGR/SE/ MPS/2017, que solicitou a adoção das providências descritas na Portaria Conjunta nº 01 MPS/INSS, de 05 de julho de 2013. |
| <b>Descrição dos Trabalhos</b> | Identificação e avaliação dos controles internos instituídos pela administração, relacionados à concessão de benefícios relacionados à retroação da Data de Início do Pagamento.  |
| <b>Resultados</b>              | Recomendada adoção de providências para a revisão dos atos concessórios relativos aos benefícios identificados na ação de Auditoria.  |
| <b>Cronograma Executado</b>    | Abril a dezembro de 2017  |
| <b>Recursos Humanos</b>        | 2 servidores  |

| <b>Ação</b>                    | <b>Auditoria de Avaliação do Relatório de Gestão do INSS</b>  |
|--------------------------------|---|
| <b>Área</b>                    | Atendimento, Benefícios, Gestão de Pessoas, Orçamento, Finanças e Logística e Saúde do Trabalhador, Tecnologia da Informação e Comunicações e Planejamento e Gestão Estratégica.  |
| <b>Unidade(s)</b>              | Diretorias, Superintendências Regionais e Gerências Executivas  |
| <b>Escopo/<br/>Motivação</b>   | Avaliação do Relatório de Gestão do INSS relativo ao exercício de 2016 com emissão do Parecer da Unidade de Auditoria Interna quanto à Prestação de Contas Ordinárias Anual, em atendimento ao previsto no parágrafo 3º do artigo 4º da Instrução Normativa nº 63/2010, do Tribunal de Contas da União. |
| <b>Descrição dos Trabalhos</b> | Avaliação da gestão, enfatizando os resultados do exercício e sua convergência aos objetivos institucionais, os aspectos qualitativos e quantitativos associados às ações governamentais, assim como a avaliação dos controles com base nos trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna.             |
| <b>Resultados</b>              | Emitido o parecer consignando que a Prestação de Contas Ordinárias Anual do INSS, referente ao exercício de 2016, preenche as exigências do TCU e, se encontra em condições de apreciação.  |
| <b>Cronograma Executado</b>    | Fevereiro e março/2017  |
| <b>Recursos Humanos</b>        | 8 servidores  |

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| <b>Ação</b>                    | <b>Nota Técnica n ° 01/2016 - Resultado do cruzamento de dados entre a Folha de Pagamentos do RGPS, o Sistema de Informação sobre Mortalidade e o Sistema de Controle de Óbitos: Monitoramento da apuração e resultados obtidos</b>   |
| <b>Área</b>                    | Benefícios  |
| <b>Unidade(s)</b>              | Gerências Executivas e Agências da Previdência Social   |
| <b>Escopo/<br/>Motivação</b>   | Cruzamento de dados entre a Folha de Pagamentos do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), o SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) e o SISOBI (Sistema de Controle de Óbitos), que apontaram a existência de benefícios pagos a beneficiários em tese já falecidos.  |
| <b>Descrição dos Trabalhos</b> | Nota Técnica da Auditoria-Geral expedida em dezembro/2016, cuja apuração e mensuração dos resultados ocorridos se deu no decorrer do exercício de 2017.   |
| <b>Resultados</b>              | Os cruzamentos iniciais realizados em dezembro de 2016 apontaram o risco de que o INSS estivesse pagando 39.107 benefícios a pessoas em tese já falecidas, correspondentes a um valor anual de R\$ 473,4 milhões de reais.<br>A partir das apurações realizadas pela Diretoria de Benefícios no decorrer de 2017, com a participação de servidores da Auditoria-Geral, culminou na confirmação de 97,09% dos óbitos inicialmente apontados, os quais totalizaram um montante de R\$ 1.017.230.995,00 pagos indevidamente, bem como uma economia anual estimada em R\$ 358.419.793,52. |
| <b>Cronograma Executado</b>    | Janeiro a setembro /2017  |
| <b>Recursos Humanos</b>        | 8 servidores  |

#### IV. TRABALHOS PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS

RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA A SUA NÃO EXECUÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, COM A PREVISÃO DE SUA CONCLUSÃO.

| Macroação nº 9/2017 | Auditoria no Processo de Modelagem de Soluções em Tecnologia da Informação (não execução)   |
|---------------------|---|
| Área                | Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)   |
| Unidade             | Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC)  |
| Status              | NÃO REALIZADA   |
| Escopo              | Avaliar a efetividade da modelagem de soluções em Tecnologia da Informação na melhoria contínua dos processos, bem como verificar se realiza as funções para as quais foi criado, assim como propor ações que contribuam para o aperfeiçoamento do processo em referência.  |
| Justificativa       | Não foi possível a execução dos trabalhos relacionados a essa macroação em virtude da reestruturação da área de TIC do Instituto. Esta área foi extinta na nova estrutura e suas competências regimentais foram distribuídas na forma de serviços por diversas áreas da CGTIC, conforme Portaria nº 414/MDS, de 28 de setembro de 2017, e artefatos do PDTI 2018-2019. Cabe destacar que os esforços foram canalizados para execução da macroação nº 11/2016 - Auditoria no Sistema de Pagamento de Benefícios (SISPAGBEN) que se encontra em fase de planejamento. |

| Macroação nº 1 /2017 | Auditoria na Avaliação da Capacidade Laboral e Funcional  |
|----------------------|---|
| Área                 | DIRSAT  |
| Unidade              | Superintendências, Gerências Executivas e Agências da Previdência Social  |
| Status               | NÃO CONCLUÍDA   |
| Escopo               | Identificação e análise no processo de gestão do Programa de Reabilitação Profissional (PRP) relacionado aos seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo médio de permanência do segurado no programa de reabilitação profissional, considerando o tempo de espera para avaliação do potencial laborativo e o tempo em permanência no programa;</li> <li>• Quantitativo de beneficiários em cada fase do PRP;</li> <li>• Fluxo da orientação sócio-profissional nas unidades do INSS;</li> <li>• Estrutura física para o desenvolvimento das atividades do PRP;</li> <li>• Recursos humanos envolvidos no programa;</li> </ul> |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>Macroação<br/>nº 1 /2017</b> | <b>Auditoria na Avaliação da Capacidade Laboral e Funcional</b>   |
|                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordos, convênios e parcerias privadas existentes;</li> <li>• Amplitude, adequação, clareza e exequibilidade das normas vigentes; e</li> <li>• Aplicação do instrumento de Pesquisa de Fixação.</li> </ul>  |
| Justificativa                   | Ação em andamento em função da extensão dos trabalhos, com sobrestamento da mesma em dezembro de 2017 em virtude de restrição orçamentária para pesquisas em campo e da iminência de publicação de novo Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação profissional prevista para fevereiro de 2018, o que aconteceu, por meio da Resolução nº 626 /PRES/INSS, de 9 de fevereiro de 2018. Diante disso, estão sendo revistos alguns pontos a serem auditados nos Procedimentos da área de Reabilitação Profissional. |
| Previsão de Conclusão           | Até agosto de 2018.   |

## V. FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE

DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS.

### Fatores Positivos

#### Acordos de Cooperação Técnica

Em 2017, a Auditoria-Geral deu continuidade ao projeto de expansão dos Acordos de Cooperação Técnica com entes públicos das esferas estadual, distrital e municipal, visando, por meio do compartilhamento e cruzamentos de bases de dados, a detecção, correção e prevenção de acumulação legal de cargos públicos, de recebimento indevido de benefícios geridos pelo INSS e de pagamento de benefícios após o óbito de servidores.

Nesse intuito, a Auditoria-Geral oficiou 56 entes públicos estaduais e municipais, formalizando o interesse em celebrar Acordos de Cooperação Técnica. Em decorrência, foram assinados no decorrer do exercício 5 novos acordos, totalizando 13 parcerias em vigor, relacionadas a seguir:

**Quadro 3. Acordos de Cooperação Técnica.**

| <b>ÓRGÃO</b>                             | <b>INÍCIO VIGÊNCIA</b> | <b>PRAZO VIGÊNCIA</b> |
|--|------------------------|-----------------------|
| Governo do Estado da Bahia               | 30/08/2016             | 60 meses              |
| Tribunal de Justiça da Bahia             | 11/10/2014             | 60 meses              |
| Governo do Estado de Goiás               | 16/10/2014             | 60 meses              |
| Controladoria-Geral do Estado de Sergipe | 07/04/2014             | 60 meses              |
| Governo do Estado do Paraná              | 25/11/2016             | 60 meses              |
| Governo do Estado do Rio de Janeiro      | 30/08/2017             | Indeterminado         |
| Governo do Distrito Federal              | 01/12/2016             | 60 meses              |
| Tribunal de Contas do Estado do Maranhão | 07/01/2016             | 24 meses*             |
| Governo do Estado de Santa Catarina      | 02/02/2017             | 60 meses              |
| Governo do Estado do Ceará               | 30/01/2017             | 60 meses              |
| Governo do Estado de Alagoas             | 21/07/2014             | 60 meses              |
| Governo do Estado de Pernambuco          | 31/03/2017             | 60 meses              |
| Município de Belo Horizonte              | 01/12/2017             | Indeterminado         |

\* Termo Aditivo de prorrogação em tramitação.

Como consequência, foram realizados 10 cruzamentos entre as bases de dados dos entes parceiros e dos sistemas corporativos do INSS, cujos resultados foram encaminhados aos órgãos de origem, bem como às respectivas Diretorias do INSS, para apuração.

Atualmente, outros 15 acordos encontram-se em tratativas. A meta é celebrar, no prazo de 2 anos, Acordos com 100% dos Estados, capitais e demais municípios com população superior a 300 mil habitantes.

**Outras Demandas Externas por Informações**

A Auditoria Interna do INSS tem colaborado, também, com diversos outros órgãos da Administração Pública Federal, mediante o compartilhamento de dados e informações necessários ao desempenho de suas atribuições. Destaca-se, dentre outros, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que, no decorrer de 2017, apresentou 9 solicitações de informações relacionadas a pessoas físicas e jurídicas, visando à instrução de processos de apuração de atos de concentração econômica ou condutas prejudiciais à livre concorrência.

**Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria**

Auditoria Interna do INSS deu continuidade ao desenvolvimento de ferramentas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos de gestão de riscos, planejamento e gerenciamento das Ações de Auditoria. Nesse sentido, foi iniciado o desenvolvimento de uma nova versão do Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria

(SA4), que operacionalizará os procedimentos de elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), incluindo as etapas de avaliação de riscos, hierarquização e priorização dos temas a serem auditados, bem como as atividades de operacionalização das ações de auditoria. Em 2017, foram concluídos os módulos de gestão de riscos e de elaboração do PAINT, os quais foram empregados na elaboração do planejamento das ações para o exercício de 2018.

## Fatores Negativos

### **Redução do quadro de pessoal da Auditoria Interna e perspectivas de aposentação.**

O reduzido número de servidores da Auditoria Interna do INSS tem demonstrado, cada vez mais, como um fator impactante para o efetivo desempenho de suas competências.

Atualmente, a Auditoria Interna do INSS conta com apenas 236 servidores em sua estrutura, que representam 0,7% do total de servidores ativos do INSS. Agravando tal situação, 149 servidores se encontram em “abono de permanência”, isto é, já possuem tempo de serviço suficiente e devem se aposentar até o ano de 2019, fato extremamente preocupante, pois, quando da concretização, a Auditoria perderá mais de 63% da sua força de trabalho em nível nacional.

Em que pese as ações que tem sido adotadas a fim de recompor minimamente o quadro de pessoal, dentro das limitações enfrentadas por todo o Instituto, e de mitigar os impactos de tal redução, mediante a readequação de processos de trabalho e o estabelecimento de prioridades, torna-se evidente o risco que tal situação representa à continuidade das atividades da Auditoria Interna do INSS e, conseqüentemente, ao cumprimento de suas competências regimentais.

### **Contingenciamento Orçamentário**

O contingenciamento orçamentário resultou em maiores dificuldades na realização dos trabalhos programados para o exercício de 2017, reduzindo de forma significativa o período de realização das ações em campo e as atividades de supervisão, reuniões técnicas e realização de treinamentos e capacitações.

No início de 2017, o orçamento destinado à Auditoria teve um contingenciamento de 48%, o que dificultou o planejamento das ações. Como exemplo, citamos a Macroação 01/2017 - Auditoria na Avaliação da Capacidade Laboral e Funcional, cujas etapas de planejamento e execução foram sobrestadas em decorrência da insuficiência orçamentária para a sua execução.

## VI. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA, TEMAS E A RELAÇÃO COM OS TRABALHOS PROGRAMADOS.

Vale registrar as dificuldades administrativas, orçamentárias e financeiras enfrentadas pela área da gestão educacional do INSS, aliada a exigência governamental de redução dos custos, que incentivou a oferta de cursos na modalidade de educação a distância (EaD), em detrimento de ofertas presenciais. Contudo, houve a participação de 85 servidores em 91 cursos ofertados, conforme demonstrativo:

*Quadro 4. Ações de Capacitação.*

| EVENTOS DE NATUREZA TÉCNICA E RELACIONADOS À ÁREA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA  |                 |               |             |
|--|-----------------|---------------|-------------|
| CAPACITAÇÃO/EVENTO   | QTDE. PARTICIP. | CARGA HORÁRIA | TOTAL HORAS |
| 12º Congresso Brasileiro de Pregoeiros   | 2               | 26            | 52          |
| 12º Integrity Forum  | 7               | 8             | 56          |
| 5ª Semana Nacional de Integração com o Poder Judiciário  | 1               | 3             | 3           |
| A Função das Três Linhas de Defesa no Processo de Inteligência em Riscos   | 1               | 3             | 3           |
| Apresentação do E-Social pelo TRE/BA   | 1               | 8             | 8           |
| Auditoria Baseada em Riscos  | 1               | 16            | 16          |
| Auditoria Interna, Controle Interno e Gestão de Riscos   | 5               | 16            | 80          |
| Benefícios Previdenciários   | 3               | 4             | 12          |
| Cadúnico V7  | 3               | 4             | 12          |
| Capacitação em Gestão de Riscos (Certificação Internacional ISO 31000)   | 1               | 24            | 24          |
| Capacitação Sobre a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público – CISSP  | 2               | 20            | 40          |
| Elaboração de Planilha de Formação de Preço de Acordo Com a IN 05/2017 e Julgamento de Licitação Para Serviços Continuados | 2               | 24            | 48          |
| Como Fiscalizar de Forma Eficiente os Contratos de Terceirização de Serviços de Acordo com a IN 05/2017                    | 2               | 24            | 48          |

| <b>EVENTOS DE NATUREZA TÉCNICA E RELACIONADOS À ÁREA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA</b>                                   |    |     |     |
|--|----|-----|-----|
| Como Planejar a Contratação e Estruturar o Termo de Referência Para Serviços Comuns e Contínuos de Acordo com a IN 05/2017 | 2  | 24  | 48  |
| Compliance no Serviço Público  | 1  | 3   | 3   |
| Conceitos Básicos em Gestão Documental   | 1  | 20  | 20  |
| Concessão de Aposentadoria e Pensão Na Administração Pública   | 3  | 4   | 12  |
| Contabilidade Aplicada ao Setor Público  | 1  | 120 | 120 |
| Estatística  | 2  | 20  | 40  |
| Excelência no Atendimento  | 1  | 20  | 20  |
| Formação de Gestores   | 2  | 10  | 20  |
| Fórum Nacional de Controle   | 2  | 15  | 30  |
| Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social – GDASS – Avaliadores   | 1  | 5   | 5   |
| Gerenciamento de Projetos I  | 1  | 10  | 10  |
| Gerenciamento do Escopo de Projetos  | 1  | 5   | 5   |
| Gestão da Estratégia com BSC – Fundamentos   | 1  | 20  | 20  |
| Gestão da Informação e Documentação – Conceitos Básicos em Gestão Documental   | 1  | 20  | 20  |
| Gestão de Materiais  | 2  | 5   | 10  |
| Gestão de Riscos e Controles Internos  | 12 | 17  | 200 |
| Gestão de Riscos e Controles Internos – MDS/CGU  | 4  | 20  | 80  |
| Gestão de Riscos Para Implementação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016                                      | 2  | 22  | 44  |
| Gestão por Processos   | 1  | 15  | 15  |
| Gestão Sob a Ótica de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho  | 1  | 10  | 10  |
| Informação e Documentação – Conceitos Básicos em Gestão Documental   | 2  | 18  | 36  |
| Inovação, Eficiência e Transparência no INSS   | 4  | 4   | 16  |
| INSS Digital   | 4  | 34  | 136 |
| INSS na Palma da Mão   | 11 | 4   | 44  |
| IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental  | 6  | 15  | 90  |
| Judicialização em Demandas Previdenciárias e as Estratégias Para a Redução e Solução de Conflitos                          | 1  | 4   | 4   |

| <b>EVENTOS DE NATUREZA TÉCNICA E RELACIONADOS À ÁREA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA</b>                 |   |    |     |
|--|---|----|-----|
| Jurisprudência no TCU – Nova Pesquisa e Estudos de Casos   | 2 | 3  | 6   |
| Lei Nº 8.666/93  | 2 | 35 | 70  |
| Modalidades, Tipos e Fases da Licitação  | 1 | 40 | 40  |
| Nova Instrução Normativa de Serviços   | 1 | 8  | 8   |
| Obras e Serviços de Engenharia: Aspectos Polêmicos, Entendimentos do TCU e Boas Práticas                 | 2 | 16 | 32  |
| Oficina de Certidão de Tempo de Contribuição   | 1 | 12 | 12  |
| Oficina de Processo Administrativo Previdenciário  | 1 | 8  | 8   |
| Oficina de Salário Maternidade   | 1 | 16 | 16  |
| Painel de Monitoramento  | 6 | 10 | 60  |
| Planilha de Formação de Preços à Luz da Nova IN de Serviços  | 1 | 8  | 8   |
| Pregão Eletrônico  | 1 | 16 | 16  |
| Reabilitação Profissional  | 3 | 15 | 45  |
| Reabilitação Profissional no Sibe – Estatísticas   | 1 | 10 | 10  |
| Realizando a Gestão de Riscos em Projetos de TI  | 2 | 4  | 8   |
| Redação Oficial  | 3 | 10 | 30  |
| Reforma da Previdência RGPS e RPPS   | 6 | 8  | 48  |
| Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens                                      | 1 | 30 | 30  |
| Regularização de Imóveis   | 5 | 40 | 200 |
| Segurança da Informação e Comunicações   | 5 | 5  | 25  |
| Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho e Noções Básicas em Prevenção a Incêndios                      | 2 | 20 | 40  |
| Seminário Aspectos Controversos em Licitações  | 1 | 8  | 8   |
| Seminário Avançado de Licitações e Contratos, com Foco na IN 05/2017 e Entendimentos Consolidados da AGU | 1 | 24 | 24  |
| Seminário de Gestão da Conta Vinculada   | 1 | 20 | 20  |
| Seminário Internacional de Auditoria   | 1 | 4  | 4   |
| Seminário Regional Interamericano de Contabilidade   | 1 | 24 | 24  |
| Seminário Sobre Pesquisa e Painel de Preços no Processo de Contratação de Materiais e Serviços           | 2 | 8  | 16  |
| Siape Folha (EAD)  | 1 | 40 | 40  |
| Sistema APWeb  | 2 | 24 | 48  |
| Sistema de Gestão do Programa de Educação  | 1 | 7  | 7   |

| <b>EVENTOS DE NATUREZA TÉCNICA E RELACIONADOS À ÁREA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA</b> |            |    |              |
|--|------------|----|--------------|
| Previdenciária   |            |    |              |
| Sistema Integrado de Benefícios  | 1          | 5  | 5            |
| Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc                                 | 1          | 7  | 7            |
| Sistema Sala de Monitoramento  | 1          | 10 | 10           |
| <b>TOTAIS</b>  | <b>162</b> |    | <b>2.385</b> |

| <b>EVENTOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL, NÃO RELACIONADOS DIRETAMENTE À ATIVIDADE DA AUDITORIA INTERNA</b> |                       |                      |                    |
|---|-----------------------|----------------------|--------------------|
| <b>CAPACITAÇÃO/EVENTO</b>   | <b>QTDE PARTICIP.</b> | <b>CARGA HORÁRIA</b> | <b>TOTAL HORAS</b> |
| Ambientação de Tutores  | 1                     | 15                   | 15                 |
| Aprender a Distância  | 1                     | 10                   | 10                 |
| Assédio Moral   | 3                     | 10                   | 30                 |
| Defesa do Usuário e Desburocratização   | 1                     | 20                   | 20                 |
| Descobrimos Caminhos  | 1                     | 4                    | 4                  |
| Desenvolvimento de Equipes  | 1                     | 10                   | 10                 |
| Deveres e Proibições  | 1                     | 10                   | 10                 |
| Didática Básica   | 3                     | 10                   | 30                 |
| Direito Administrativo Para Gerentes no Serviço Público   | 1                     | 10                   | 10                 |
| Direitos Humanos  | 3                     | 10                   | 30                 |
| Disseminando Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho  | 5                     | 12                   | 60                 |
| Educador Previdenciário: Construindo a Cidadania  | 2                     | 7                    | 14                 |
| Ética e Serviço Público   | 2                     | 10                   | 20                 |
| Libre Office Calc   | 4                     | 15                   | 60                 |
| Libre Office Writer   | 2                     | 5                    | 10                 |
| Responsabilidade Socioambiental   | 3                     | 5                    | 15                 |
| <i>Succeeding as a Supervisor</i>   | 1                     | 40                   | 40                 |
| Você Tem Poder – Descobertas e Transformações   | 2                     | 8                    | 16                 |
| Planejamento e Elaboração de Projetos (Formação – Aperfeiçoamento)  | 1                     | 280                  | 280                |
| Master em Prevención y Protección de Riesgos Laborales (Formação – Mestrado)  | 1                     | 1.800                | 1.800              |
| <b>TOTAIS</b>   | <b>39</b>             |                      | <b>2.484</b>       |

## VII. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO

QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE ELABORAÇÃO DO RAINT, COM A INCLUSÃO, NESTE CASO, DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AS JUSTIFICATIVAS DO GESTOR.

De acordo com os dados extraídos do Sistema de Controle de Demandas Externas - CondexWeb tem-se, em síntese, as informações:

As recomendações exaradas pela Auditoria Interna são tratadas de quatro formas:

a) Implementada - o gestor optou por acatar a recomendação da auditoria interna e apresentou evidências das providências adotadas.

b) Em implementação – o gestor optou por acatar a recomendação da auditoria interna, mas as providências dependem de um período mais extenso para a implementação. Neste caso, a unidade gestora apresentou um plano de implementação das providências.

c) Não Implementada – neste caso, ou o gestor optou por acatar a recomendação, mas não apresentou elementos suficientes que comprovem as providências, ou as providências adotadas não foram suficientes para cumprir com a recomendação.

d) Ausência de manifestação – neste caso o gestor não apresentou nenhuma providência a respeito da recomendação.

### Quadro 5. Recomendações Emitidas.

| RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS EMITIDAS EM DECORRÊNCIA DAS AÇÕES DO PAINT/2017       |          |                  |            |
|--|----------|------------------|------------|
| Ação de Auditoria  | Emitidas | Em Implementação | Atendidas* |
| Gerenciamento do Cadastro Nacional de Informações Sociais                        | 2        | 2                | 0          |
| Auditoria na Gestão dos Contratos de Serviços de Prestação Continuada.           | 2        | 2                | 0          |
| Auditoria no Processo de Gestão de Obras do Programa de Expansão – PEX           | 12       | 12               | 0          |
| Gestão de Pagamentos do RGPS   | 21       | 21               | 0          |
| Auditoria na Atividade de Concessão e Manutenção dos Adicionais de Insalubridade | 4        | 4                | 0          |
| Auditoria no Patrimônio Imobiliário de   | 4        | 4                | 0          |

|   |           |           |          |
|---|-----------|-----------|----------|
| Propriedade do FRGPS                                    |           |           |          |
| Auditoria na Gestão Orçamentária, Financeira e contábil | 4         | 4         | 0        |
| Monitoramento Operacional de Benefícios                 | 10        | 10        | 0        |
| <b>Total Resultado</b>                                  | <b>59</b> | <b>59</b> | <b>0</b> |

\* As Recomendações expedidas encontram-se dentro do prazo de atendimento concedido às áreas responsáveis.

| <b>RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, PENDENTES DE ATENDIMENTO</b> |                         |                                 |                         |              |
|--|-------------------------|---------------------------------|-------------------------|--------------|
| <b>Unidade Demandada</b>   | <b>Em Implementação</b> | <b>Ausência de Manifestação</b> | <b>Não Implementada</b> | <b>Total</b> |
| Planejamento e Gestão Estratégica  | 0                       | 1                               | 0                       | 1            |
| Tecnologia da Informação e Comunicações  | 20                      | 0                               | 0                       | 20           |
| Gestão de Pessoas  | 8                       | 0                               | 0                       | 8            |
| Atendimento  | 8                       | 0                               | 0                       | 8            |
| Benefícios   | 34                      | 18                              | 4                       | 56           |
| Orçamento, Finanças e Contabilidade  | 3                       | 0                               | 0                       | 3            |
| Saúde do Trabalhador   | 4                       | 0                               | 0                       | 4            |
| <b>Total</b>   | <b>77</b>               | <b>19</b>                       | <b>4</b>                | <b>100</b>   |

## VIII. DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA ATUAÇÃO DA AUDITORIA

### DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO.

Dentre os objetivos vinculados aos direcionadores estratégicos, destaca-se “Fortalecer os controles internos, o combate a fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional”. Nessa perspectiva a atuação da Auditoria, em observância ao alinhamento de suas ações, está centrada na avaliação dos controles internos sob a ótica de risco com a finalidade de aperfeiçoar e contribuir para a melhoria do processo de gestão por resultados.

Nesse contexto, a ênfase dos trabalhos concentrou-se em uma postura mais comprometida com a produtividade organizacional, os ganhos de eficiência e a qualidade

da gestão, Assim, a atuação da Unidade de Auditoria Interna ao longo do exercício, com a finalidade de mitigar e prevenir riscos institucionais em sua origem, propiciou diversos benefícios ao INSS, conforme aspectos relacionados a seguir:

- ✓ revisão de normas e procedimentos;
- ✓ elaboração de manuais voltados a operacionalização e fluxo dos processos;
- ✓ desenvolvimento de programa de treinamento e capacitação;
- ✓ melhorias em sistemas;
- ✓ combate a fraudes e minimização dos erros involuntários;
- ✓ revisão periódica dos controles utilizados para gerenciamento dos riscos identificados;
- ✓ alinhamento às normas internas; e
- ✓ redução de despesas e recuperação dos prejuízos causados ao erário.

O quadro abaixo, apresenta os valores identificados na execução das ações de Auditoria, com os respectivos prejuízos, economia e recursos recuperados:

| <b>AÇÃO</b>                          | <b>PREJUÍZOS IDENTIFICADOS</b> | <b>ECONOMIA ESTIMADA</b> | <b>VALORES RECUPERADOS</b> |
|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| PAB/Créditos Diários                 | 1.399.534,30                   | 15.363.273,24            | 372.751,31                 |
| Folha do RGPS                        | 32.702.999,77                  | 0,00                     | 22.928.203,36              |
| CNIS                                 | 0,00                           | 16.228.669,60            | 0,00                       |
| Contratos Continuados                | 33.686,91                      | 26.405,58                | 1.127,87                   |
| Pagamentos Pós-Óbito (NT nº 01/2016) | 1.017.230.995,00               | 358.419.793,52           | 0,00                       |
| Acordos de Cooperação Técnica        | 0,00                           | 94.989.146,52            | 0,00                       |
| <b>TOTAL R\$</b>                     | <b>1.051.364.557,47</b>        | <b>485.027.288,46</b>    | <b>23.302.082,54</b>       |

| <b>Observações referentes ao quadro acima:</b> |  |
|--|--|
| <b>PAB e Créditos Diários:</b>                 | <p><b>Prejuízos Identificados:</b> Valor dos créditos cujo pagamento foi efetuado, independente de terem sido recuperados posteriormente ou não.</p> <p><b>Economia:</b> Total dos créditos bloqueados antes do efetivo pagamento.</p> <p><b>Valores Recuperados:</b> Montante ressarcido mediante consignação no benefício ou por meio de GPS.</p>  |
| <b>Folha do RGPS:</b>                          | <p><b>Prejuízos Identificados:</b> Montante correspondente ao período de pagamento em duplicidade de benefícios, independente de terem sido recuperados posteriormente ou não.</p> <p><b>Economia:</b> Não calculado, uma vez que a grande parcela dos benefícios acumulados indevidamente já se encontravam cessados, estando a irregularidade relacionada à ausência de encontro de contas.</p> <p><b>Valores Recuperados:</b> Considerados os valores recuperados por meio de GPS, consignação e bloqueios, registrados no decorrer do exercício de 2017.</p> |
| <b>CNIS:</b>                                   | <p><b>Prejuízos Identificados:</b> Não calculado, uma vez que não foi possível levantar, no decorrer da ação, o período de pagamento indevido de cada um dos benefícios, os quais se encontram em processo de revisão pela área competente, que poderá confirmar ou não a irregularidade apontada.</p> <p><b>Economia:</b> Valor ESTIMADO, considerado o montante anual dos 722 benefícios irregulares identificados na Ação, os quais se encontram em processo de revisão pela área competente, que poderá confirmar ou não a irregularidade apontada.</p>      |
| <b>Contratos Continuados:</b>                  | <p><b>Prejuízos Identificados:</b> Valores identificados mediante a revisão de planilhas de custos e formação de preço.</p> <p><b>Economia:</b> Valor decorrente da realização da revisão das planilhas de custos e formação de preço.</p> <p><b>Valores Recuperados:</b> Montante ressarcido por meio de GRU.</p>   |
| <b>Pagamentos Pós-Óbito</b>                    | Valores apurados em decorrência da Nota Técnica AUDGER n° 01/2016  |
| <b>Acordos de Cooperação Técnica (ACT)</b>     | Valores decorrentes de recebimento indevido de benefícios geridos pelo INSS, identificados por meio de cruzamento de base de dados dos Estados e Municípios que celebraram o ACT com o INSS.   |

Merece destaque, ainda, as ações que vem sendo realizadas junto aos gestores para obtenção de melhores resultados no acompanhamento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU, bem como das recomendações da Controladoria Geral da União – CGU.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os temas e resultados apresentados se pode concluir que a atuação da Auditoria Interna do INSS guardou aderência com o planejamento estabelecido para o exercício de 2017, o qual foi elaborado visando ao aperfeiçoamento dos controles internos, à implantação da gestão de riscos e à melhoria contínua operacional, componentes essenciais e que contribuíram para o atingimento dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação preventiva, além de atender às necessidades da Instituição a Auditoria Interna vem continuamente aprimorando o planejamento e a execução de suas ações.

Conclui-se, então, pelos princípios norteadores utilizados na elaboração deste documento, inerentes relacionados à legalidade, boas práticas de governança, eficiência, eficácia e à aplicação dos recursos disponibilizados, que os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna do INSS fortaleceram os controles e contribuíram para que os atos da gestão guardassem aderência à legislação vigente.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.

**FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES ARAÚJO**  
Coordenador-Geral de Auditoria em Benefícios

**GUILHERME PEIXOTO ALMEIDA DE OLIVEIRA**  
Coordenador-Geral de Auditoria em Gestão Interna

**ROGÉRIO JOSÉ RABELO**  
Auditor-Geral